

DESEMPENHO RECENTE DA FRUTICULTURA BRASILEIRA NO CENÁRIO INTERNACIONAL: a participação da política comercial e dos programas de apoio na retomada do *market share*¹

Fabio Lyrio Santos²

1- INTRODUÇÃO

A política comercial brasileira, durante várias décadas, foi marcada por um modelo sustentado por dois argumentos principais: a proteção à indústria nacional emergente e a diminuição da dependência econômica em relação aos países desenvolvidos. A orientação era promover o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial pautado na proteção da produção de bens, duráveis e não-duráveis, por meio de elevadas tarifas e restrições à entrada de produtos estrangeiros.

Esse modelo (modelo de substituição de importações), irreversivelmente deteriorado nos anos finais do período militar, sucumbiu em definitivo diante do intenso processo de globalização e inovação tecnológica desencadeado ainda na década de 1970. Assim, no final da década de 1980, o Brasil deu início a um amplo processo de reforma macroeconômica, em consonância com vários outros países também em desenvolvimento, que se estenderia pelos próximos anos (LACERDA, 2003)³.

As reformas na estrutura comercial do país envolveriam, durante toda a década de 1990 e anos seguintes, mudanças na estrutura de gerenciamento e controle das atividades de comércio exterior do governo, formulação de políticas e programas de apoio às exportações e, além das relações comerciais firmadas no MERCOSUL, a efetiva participação brasileira em mesas de negociação comercial nos grandes blocos econômicos,

ALCA e União Européia, e nas questões que envolviam o mercado mundial aberto, junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dessa forma, norteou este estudo a indagação sobre as conseqüências, positivas ou negativas, dessas turbulências e transformações macroeconômicas e das políticas específicas de apoio sobre um setor econômico em particular, a fruticultura, que possui papel de destaque na pauta do desenvolvimento endógeno agrícola brasileiro, notadamente em programas direcionados às pequenas e médias propriedades.

O objetivo desta pesquisa foi estudar a evolução recente do desempenho econômico e comercial da fruticultura brasileira, a partir da análise de suas possíveis reações mercadológicas aos estímulos gerados por instrumentos macroeconômicos do Governo Federal, notadamente aqueles de política comercial, e por programas e mecanismos de incentivos direcionados ao setor.

Este artigo espera contribuir em debates atuais e futuros sobre o desenvolvimento e a projeção internacional da fruticultura brasileira, bem como permitir um comparativo para estudos semelhantes em outros setores produtivos.

Seguindo esta seção introdutória, a seção 2 apresenta as características metodológicas da pesquisa. A seção 3 discute brevemente a situação atual da política comercial, explora os programas específicos para o setor e analisa a evolução internacional recente da fruticultura brasileira. A seção 4 faz as considerações finais do trabalho.

2 - MATERIAL E MÉTODOS

A análise das exportações brasileiras de frutas frescas foi realizada a partir das séries de dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/SECEX), acompanhando o desem-

¹Registrado no CCTC, IE/23/2006.

²Engenheiro Civil, Professor da Escola Agrotécnica Federal de Colatina (ES) (e-mail: fabiolyrio@dep.ufscar.br).

³LACERDA, A. C. de. **Globalização e inserção externa da economia brasileira**: política econômica, investimentos diretos estrangeiros e comércio exterior, na década de 1990. 2003. 198 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

penho dos produtos mais representativos para o caso brasileiro, adotando as seguintes posições: 0804.50.20 (manga), 0806.10.00 (uva), 0807.19.00 (melão), 0808.10.00 (maçã), 0803.00.00 (banana), 0807.20.00 (mamão), 0805.30.00 (limão/lima), 0805.10.00 (laranja), 0805.20.00 (tangerina), 0807.11.00 (melancia), 0804.30.00 (abacaxi), 0804.20.10 (figo), 0804.40.00 (abacate) e 0810.10.00 (morango), da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

Os dados sobre produção, produtividade e exportação mundiais dos produtos analisados, que possibilitaram o acompanhamento da evolução do *market share* (participação de mercado) brasileiro, foram obtidos da Statistics Division pertencente ao Economic and Social Department da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO/ES/ESS)⁴.

Como se queria verificar as reações do mercado frutícola brasileiro aos estímulos da política comercial e aos programas de apoio recentes, alguns dados retroagem à década de 1970 para possibilitar o comparativo temporal. Apesar das séries de dados da MDIC/SECEX permitirem que a análise avançasse até 2005, seu cruzamento com os dados internacionais impuseram o limite da pesquisa ao ano de balizamento destes últimos, 2004.

Os países foram considerados de maneira isolada, e não o bloco econômico ao qual pertencem. Assim, o comércio de um país da União Européia, por exemplo, com um vizinho também pertencente ao bloco foi considerado como exportação, não como comercialização interna. Da mesma forma para MERCOSUL, NAFTA, etc.

3 - APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

Após a abertura da economia brasileira, a nova realidade exigiu do País uma política comercial que observasse um processo de desenvolvimento não mais indiferente às tendências e mecanismos organizacionais, tecnológicos e estratégicos mundiais, tanto em relação aos processos produtivos como aos de comercialização. Além dessa modernização, a elevação nas exportações e a geração de superávits expressivos

⁴FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. *Statistical databases*. Rome, 2005. DOUBLE CD.

eram os grandes desafios iniciais para o estabelecimento de uma situação comercial sustentável, tornando os produtos brasileiros, em pouco tempo, competitivos no mercado internacional. Em função disso, era preciso que o nível desse superávit fosse atingido por uma composição de comércio exterior qualitativamente melhor, possibilitando uma pauta de exportação mais dinâmica e menos sensível a variações de preços internacionais IEDI (2000)⁵.

A política comercial do governo atual, segundo o Plano Agrícola e Pecuário da última safra (2004/05), tem como proposta inicial a formulação de programas de ação sustentados sobre dois pilares: a defesa da agricultura e a promoção das exportações com maior valor agregado. Objetivos a serem alcançados a partir da diversificação de mercados e produtos e da atualização das cadeias produtivas às exigências e tendências de mercado, estimulando o agronegócio e a agricultura familiar a elevar seus níveis de produção e qualidade do produto (BRASIL, 2004a; VEIGA, 2005)^{6, 7}.

Outras medidas, de caráter fiscal e financeiro, seriam a redução da carga tributária e a equiparação das linhas de crédito de exportação àquelas vigentes no mercado internacional, além de tratamento fiscal diferenciado às pequenas e médias empresas. A defesa do comércio seria articulada por mecanismos de proteção de medidas compensatórias à concorrência desleal dos produtos estrangeiros, por mais dinamismo nas relações com a OMC e o MERCOSUL e pelo combate às barreiras tarifárias e não-tarifárias dos países aos produtos brasileiros, principalmente os agropecuários.

O Plano afirma que a estratégia do Governo para a competitividade do agronegócio deve ser estabelecida sobre três focos de ação: capital, comercialização e condução de mercado, implicando mecanismos de atração de recursos para financiamentos, de aprimoramento do mer-

⁵INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. *Indústria e desenvolvimento: uma análise dos anos 90 e uma agenda de política de desenvolvimento industrial para a nova década*. São Paulo, 2000.

⁶BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. *Plano agrícola e pecuário - safra 2004-2005*. Brasília: MAPA/SPA, 2004a. 12 p.

⁷VEIGA, P. L. da M. A política comercial do Governo Lula: continuidade e inflexão. *Revista Brasileira de Comercio Exterior*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 83, p. 2-9, abr./jun. 2005.

cado físico e de melhoria logística. Para esse fim, foram criados novos instrumentos de acesso ao crédito, financiamento da produção agrícola e garantia de comércio (BRASIL, 2004b)⁸.

3.1 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste (PADFIN)

O PADFIN foi instituído pelo Decreto Presidencial de 26 de setembro de 1997. Sua criação integrava uma série de medidas que colocariam em prática a concepção de um novo modelo de desenvolvimento regional. Segundo Haddad (1999)⁹, tal concepção, que enfatizava a infra-estrutura econômica como instrumento de integração espacial e a transformação dos diferenciais regionais (clima, temperatura, solo, logística) em vantagens competitivas, compunha os fatores direcionadores dos objetivos e metas da maioria dos programas de desenvolvimento elaborados pelo Governo Federal, dentro do Plano Plurianual (PPA) para o período de 1996 a 1999. Para os anos posteriores (2000 a 2003), quando o PPA foi reescrito e recebeu o nome “Brasil em Ação”, essa concepção foi redesenhada e os programas foram reorientados ao fomento do crescimento econômico endógeno sob a ótica da formação de arranjos produtivos.

A principal diretiva do PADFIN era a articulação da atuação conjunta da iniciativa privada e do poder público na promoção do desenvolvimento agrícola da Região Nordeste. Segundo Correia; Araújo; Barros Cavalcanti (2000)¹⁰, por meio de financiamento e difusão de processos de irrigação e da mudança dos sistemas produtivos de culturas anuais para fruteiras perenes,

⁸BRASIL. Lei ordinária n. 11.076, de 30 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA (...), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 31 dez. 2004b. Seção 1, p. 1-4.

⁹HADDAD, P. R. (Org). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**: estudos de clusters. Brasília: CNPq/EMBRAPA, 1999. 265 p.

¹⁰CORREIA, R. C.; ARAÚJO, J. L. P.; BARROS CAVALCANTI, E. A fruticultura como vetor de desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD.

o objetivo do programa era fazer da fruticultura irrigada um vetor de desenvolvimento para a região, promovendo o crescimento econômico, elevando a qualidade do produto regional, criando empregos, aumentando a renda e incrementando a participação brasileira no comércio mundial de frutas.

O processo de implantação do programa planejava a atuação em três pólos: norte de Minas, Assú/Mossoró-RN e Petrolina-PE/Juazeiro-BA. O programa recebeu apoio de instituições de pesquisa (CNPq e Embrapa), instituições financeiras (Banco do Nordeste), governamentais (implementação dos projetos de irrigação na região pela Cia. de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF), de representação de classe (VALEXPORT - Associação dos produtores e exportadores do Vale do São Francisco) e outras instituições públicas (SEBRAE, INMETRO, SECEX, Ministérios) e privadas.

O perímetro irrigado em Juazeiro-BA e Petrolina-PE, na verdade, havia sido implantado desde 1968 (Perímetro Irrigado de Bebedouro). Conforme o PADFIN evoluía, a economia na região crescia de tal forma que passou a atrair novos investidores e grandes empresas transnacionais. Em 2000, as principais culturas, manga e uva, eram responsáveis pela geração de renda da ordem de R\$12 mil/ha/ano e R\$30 mil/ha/ano, respectivamente (CORREIA; ARAÚJO; BARROS CAVALCANTI, 2000)¹¹.

Em 2004, esse sistema produtivo, juntamente com outros dez sistemas locais de segmentos diversos, em diferentes regiões do País, integrou o conjunto de onze projetos pilotos da pauta de promoção do desenvolvimento regional do Grupo de Trabalho Permanente em Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), instituído pela Portaria Interministerial n. 200, de 2 de agosto de 2004, e reeditada pela Portaria Interministerial n. 331, de 24 de outubro de 2005.

3.2 - Produção Integrada de Frutas (PIF)

Produção Integrada é o sistema de produção definido pela International Organization for Biological and Integrated Control of Noxious Animals and Plants (IOBC) como aquele que “*gera alimentos e demais produtos de alta qualidade,*

¹¹Idem, ibidem nota 10.

mediante a aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes e a garantia da sustentabilidade da produção agrícola; enfatiza (...) a proteção ambiental, o retorno econômico e os requisitos sociais” (ANDRIGUETO e KOSOSKI, 2002: p.6)¹².

Segundo Malavasi e Martins (2005)¹³, o conceito fôra desenvolvido em 1890 como Teoria dos Sistemas Gerais, pelo biologista Ludwing van Bertalanffy. Em 1968, Ray A. Goldberg utilizou o conceito geral para estudar o comportamento de sistemas específicos (laranja, trigo e soja), denominado-os *commodity systems approach* (CSA). Aplicado à agricultura, o CSA deu origem à definição das áreas livre de pragas, na década de 1980, que deveriam ser estabelecidas e mantidas como campos de produção “limpos” permanentemente (BATALHA e SCARPELLI, 2005; DECKERS, 2000;)^{14, 15}.

A partir da sistematização das orientações de segurança quarentenária, na década de 1990, passou-se a exigir a integração de práticas de controle e monitoramento em todo o processo produtivo. Inclusive análises de resíduos de agrotóxicos nas frutas, nutrição das plantas, recursos hídricos, estudos sobre impacto ambiental da atividade produtiva, condições básicas salutaras de trabalho e higiene, sistema de rastreabilidade e certificado de origem (GHADIM; PANNEL; BURTON, 2005; MALAVASI e MARTINS, 2005).^{16, 17}

Nesse sentido, a PIF se tornou alternativa confiável para produção de frutas de qualidade. Ao invés de práticas isoladas tradicionais

da fruticultura convencional, suas práticas de manejo do solo e da cultura de forma integrada procuram equacionar os problemas através da visão sistêmica do processo produtivo, primando pelo enfoque vertical das etapas, orientação produtiva por demanda, coordenação das atividades internas, competitividade entre os subsistemas e atenção aos pontos-chave de aplicação das melhorias (STAATZ, 1997 apud BATALHA e SCARPELLI, 2005)¹⁸ (Figura 1).

No Brasil, a PIF foi instituída oficialmente pela Instrução Normativa MAPA n.20, de 27/09/2001. Além das Normas Técnicas Gerais para a PIF (NTGPIF), é necessário que cada fruta integrante do sistema tenha publicada sua Norma Técnica Específica (NTE). A adesão ao sistema é livre e espontânea para os produtores. Para Andrigueto e Kososki (2005)¹⁹, trata-se da principal ferramenta atual da fruticultura brasileira de acesso a mercados e o ápice, no contexto evolutivo da produção, entre os estágios alcançáveis de desenvolvimento organizacional, tecnológico e operacional.

Segundo os autores, a atuação conjunta do MAPA com o CNPq viabilizou, de 2001 a 2004, a implementação de 71 projetos de fruticultura em diferentes regiões do País. Atualmente, há cerca de 200 instituições públicas e privadas envolvidas. O Inmetro é a instituição brasileira reconhecida e credenciada pelo International Accreditation Forum (IAF) para avaliar a conformidade e certificar a qualidade dos sistemas e produtos.

3.3 - Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (PRODEFRUTA)

O PRODEFRUTA, instituído pela Resolução CMN/BACEN n. 3.095, de 25/06/2003, é resultado da unificação, a partir de 1º de julho de 2003, de quatro outros programas: de Apoio à Fruticultura (PROFRUTA), de Apoio ao Desenvolvimento da Cacaucultura (PROCACAU), de Desenvolvimento da Cajucultura (PROCAJU) e de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura (PRODEVINHO).

¹²ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R. (Orgs.) **Marco legal da produção integrada de frutas no Brasil**. Brasília: MAPA/SARC, 2002. 60 p.

¹³MALAVASI, A.; MARTINS, D. dos S. Origem e aplicações futuras do conceito de systems approach. In: MARTINS, D. dos S. (Ed.). **Papaya Brasil: mercado e inovações tecnológicas para o mamão**. Vitória: Incaper, 2005. p. 43-53.

¹⁴BATALHA, M. O.; SCARPELLI, M. **Gestão do agronegócio: textos selecionados**. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2005. p. 9-25.

¹⁵DECKERS, T. Plant management in integrated fruit production. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE FRUTAS, 2., 2000, Bento Gonçalves, RS. **Anais...** Bento Gonçalves-Embrapa Uva e Vinho, 2000. p. 20-29.

¹⁶GHADIM, A. K. A.; PANNELL, D. J.; BURTON, M. P. Risk, uncertainty and learning in adoption of a crop innovation. **Agricultural Economics**, Göttingen-DE, v. 33, n. 1, p. 1-10, 2005.

¹⁷MALAVASI; MARTINS, op. cit. nota n. 13.

¹⁸BATALHA; SCARPELLI, op. cit. nota n. 14.

¹⁹ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R. Desenvolvimento e conquistas da produção integrada de frutas no Brasil - até 2004. In: MARTINS, D. dos S. (Ed.). **Papaya Brasil: mercado e inovações tecnológicas para o mamão**. Vitória: Incaper, 2005. p. 81-90.

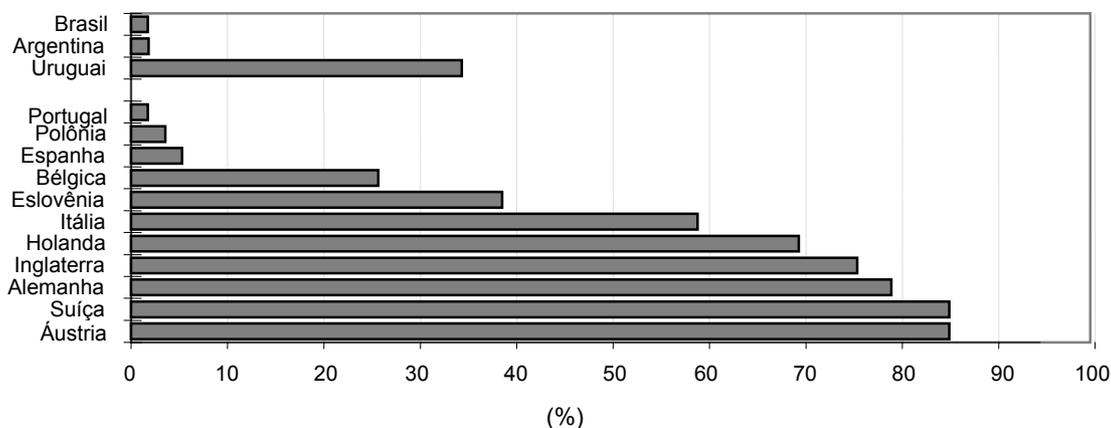


Figura 1 - Participação Percentual da Proporção da Área Onde é Empregado o Sistema PIF em Relação à Área Total de Cultivo de Fruticultura, em Países da Europa e América do Sul.

Fonte: ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R. Desenvolvimento e conquistas da produção integrada de frutas no Brasil - até 2004. In: MARTINS, D. dos S. (Ed.). **Papaya Brasil: mercado e inovações tecnológicas para o mamão**. Vitória: Incaper, 2005. p. 81-90.

Faz parte, junto com o PRONAF e mais seis programas de investimento agropecuário, de um pacote recém condensado de programas federais administrados pelo BNDES (Tabela 1), junto com instituições financeiras credenciadas.

Vinculado à PIF e às normas gerais do crédito rural, o PRODEFRUTA tem como objetivos apoiar o desenvolvimento da fruticultura brasileira e promover a modernização dos processos de produção, padronização, beneficiamento, industrialização e demais investimentos necessários às melhorias da produtividade, do padrão de qualidade e das condições de comercialização dos produtos frutícolas. É direcionado aos produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e às suas cooperativas.

No ano safra 2005/06, o valor máximo de financiamento por cliente foi de R\$200 mil, para empreendimentos individuais, e de R\$600 mil para empreendimentos coletivos. Entre as safras agrícolas 2000/01 - 2004/05, a soma dos recursos desembolsados para o programa foi de quase R\$ 300 milhões (Figura 2). Na última safra, em especial, o PRODEFRUTA utilizou apenas 1,52% do total desembolsado nos oito programas.

3.4 - Evolução do Desempenho do Setor de Fruticultura

Apesar do relevante posicionamento do Brasil na produção mundial de frutas, juntamente com China e Índia, a participação das frutas frescas brasileiras no mercado internacional ainda é muito pequena, representando apenas 2,0% e 1,6% do

total mundial, respectivamente para volume e valor comercializados (Figura 3). Os destaques ficam por conta do mamão, cuja exportação do produto nacional representa 13,0% em volume (toneladas) e 13,1% em valor (US\$-FOB) do total mundial exportado; da manga, com uma participação mundial de 12,2% em volume e 11,0% em valor; e do melão, cuja participação mundial do produto nacional é de 8,8% em volume e 7,0% em valor.

Entretanto, a evolução do setor na última década mostra que a abertura econômica na década de 1990 trouxe importantes benefícios para a atividade frutícola no Brasil, principalmente por possibilitar o acesso à alta tecnologia e a materiais e insumos de melhor desempenho técnico. Além da modernização do setor, a necessidade de inserção em mercados internacionais incitou a elevação da qualidade e da produtividade, a busca do conhecimento e a inovação e difusão tecnológicas (GOEBEL, 2002)²⁰.

Assim, a partir de 1996 até 2004, verifica-se uma melhoria na produtividade de 31%, saltando de 19,5t/ha, em 1996, para 25,6t/ha em 2004 (Figura 4). Apesar de o volume de frutas exportado em 2004 representar ínfimos 2,6% do total produzido pelo País, no mesmo período o total das exportações cresceu acima de 270%, evoluindo de 247 mil para 920 mil toneladas comercializadas.

²⁰GOEBEL, D. A competitividade externa e a logística interna. In: PINHEIRO, A. C.; MARKWALD, R.; PEREIRA, L. V. (Orgs.) **O desafio das exportações**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. p. 283-365.

TABELA 1 - Programas Agropecuários de Investimento do Governo Federal Administrados pelo BNDES, Desembolsos Planejados e já Aplicados para a Safra 2005/06 (R\$ 1.000 e número de projetos beneficiados)

Programa	Valor planejado	Aplicado (jul.05 - jan.06)	
		Valor	N. projetos
MODERAGRO (Prosolo, Propasto, Sisvárzea)	1.200.000	502.906	4.733
MODERFROTA	5.500.000	897.232	10.466
MODERINFRA (Proazem, Proirriga)	700.000	192.412	7.431
PRODEAGRO (Prodecap, Prodamel, Aqüicultura, Prodeflor, Proleite)	300.000	187.016	3.002
PRODECOOP	550.000	219.615	340
PRODEFRUTA (Profruta, Prodevinho, Procacau, Procaju)	200.000	47.870	555
PRONAF	150.000	49.027	5.414
PROPFLORA	100.000	29.868	599
Total	8.700.000	2.125.946	32.540

Fonte: Elaborada a partir de BNDES/BB/BACEN.

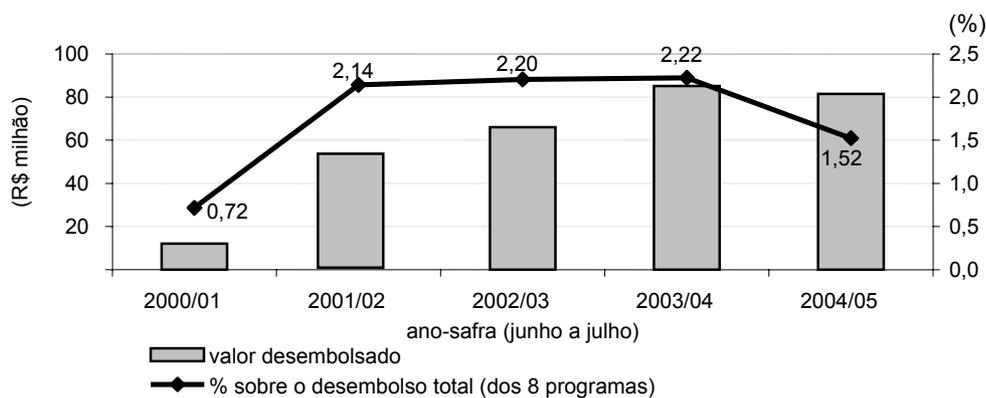


Figura 2 - Valor dos Desembolsos do BNDES para o PRODEFRUTA, Safras 2000/01 a 2004/05.

Fonte: Elaborada a partir de BNDES/BB/BACEN.

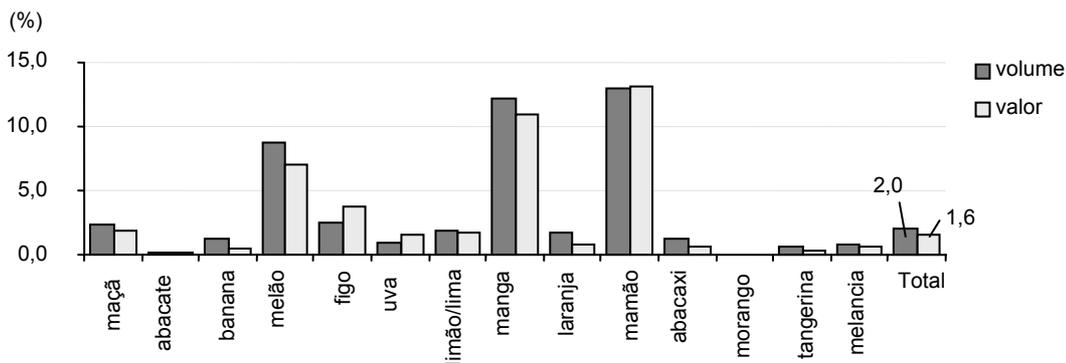


Figura 3 - Participação Percentual das Frutas Frescas Brasileiras no Mercado Internacional, por Volume e Valor Exportado, 2004.

Fonte: Elaborada a partir de FAO e SECEX.

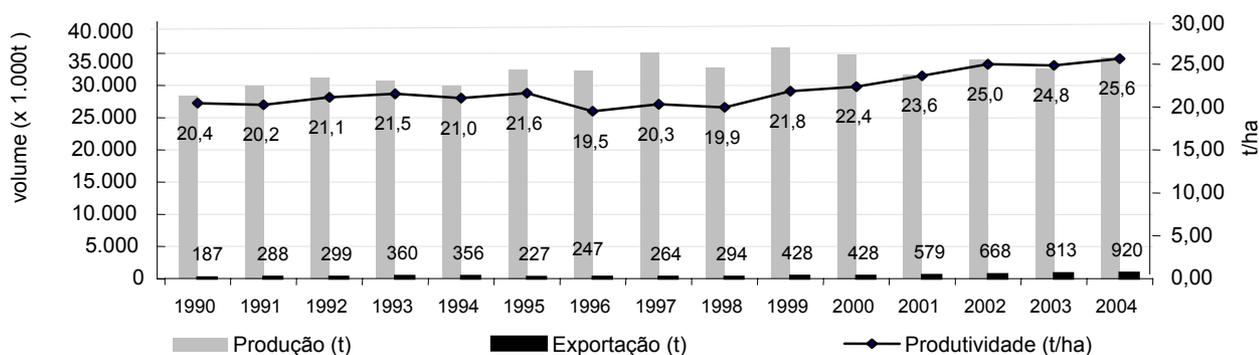


Figura 4 - Produção, Produtividade e Volume de Exportação Anual de Frutas Frescas Brasileiras, 1990-2004.
Fonte: Elaborada a partir de FAO e SECEX.

Há que se notar, porém, que o volume produzido não apresenta evolução semelhante. De 1990 a 2004, o incremento na produção foi de 21%, sendo que, entre 1996 e 2004, após altos e baixos, o crescimento foi de apenas 6%. A produção de 1997, por exemplo, é praticamente a mesma que a de 2004, mas o volume exportado nesse ano foi quase 250% maior. Nesse período, a fruticultura brasileira perdeu 4,8% da área plantada (FAO, 2005)²¹, o que ressalta a importância do aumento da produtividade para o setor.

As figuras 5 e 6 mostram a evolução do *market share* da fruticultura brasileira em relação ao volume e ao valor das exportações (somente para as frutas desta análise). Em ambos nota-se o quanto o País perdeu em participação de mercado entre 1970 e meados da década de 1990, em virtude da manutenção do volume de exportações praticamente estável durante duas décadas.

O aumento do consumo mundial de frutas frescas incentivou os demais países produtores a se adequar e a atender a demanda crescente. A participação brasileira no mercado, que já era pequena, ficou ainda menor. A partir de 1990, com o processo de reestruturação do setor, as exportações cresceram, beneficiadas pela desvalorização cambial. Assim, até 2003, houve um significativo aumento no *market share* em valor (120%), não acompanhado pelo seu aumento em volume de exportação (58%).

Com o Plano Real em 1994, porém, a

valorização da moeda nacional coibiu o processo, com reflexos significativos em 1995. A partir do ano seguinte, as exportações continuaram a subir, sendo o crescimento do valor exportado menor do que o crescimento do volume exportado, em virtude do câmbio valorizado.

Em 1999, a crise asiática e a mudança cambial desvalorizaram novamente a moeda e os exportadores passaram a usufruir maior preço-prêmio, expandindo as exportações. Nesse período nota-se que o crescimento das exportações foi acompanhado pelo crescimento do *market share*, tanto em volume quanto em valor de exportação. Isso ressalta que as frutas brasileiras, efetivamente, vêm conquistando novos mercados.

Em volume exportado, a fruticultura brasileira possuía, em 2004, praticamente o mesmo *market share* que em 1970. Com a diferença que, agora, precisa exportar uma quantidade de frutas três vezes maior para possuir a mesma participação de mercado que possuía naquele ano. A concorrência no setor é tal que, de 2003 para 2004, o País ampliou as vendas, mas apenas manteve seu posicionamento. Em valor, após a abertura da economia brasileira (fixando um marco inicial ilustrativo em 1990), o *market share* do setor melhorou em cerca de 240%. O desempenho financeiro, nos anos recentes, tem se mantido crescente não somente em virtude do regime cambial, mas de uma mentalidade comercial mais madura, que prima pela maior agregação de valor aos produtos e pela melhoria da produtividade e da rentabilidade.

²¹FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO, op. cit. nota n. 4.

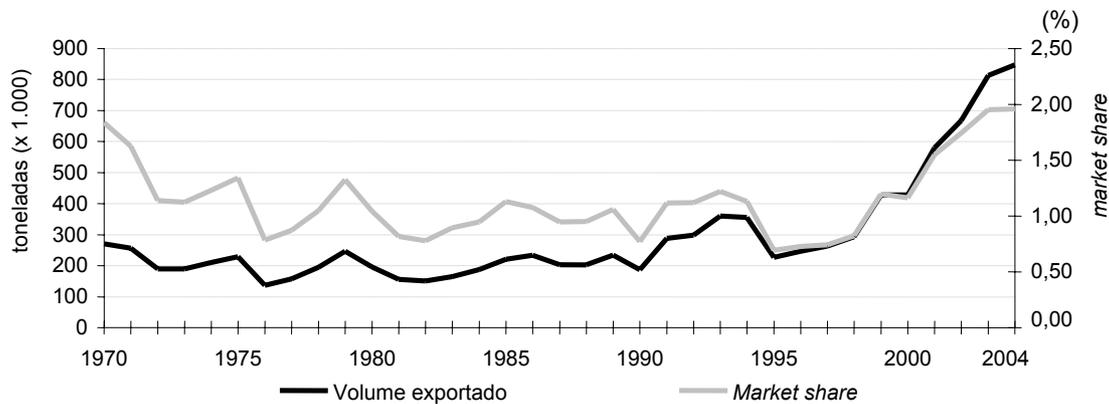


Figura 5 - Variação Anual do Volume de Exportação de Frutas Frescas Brasileiras e do *Market Share*, 1970 a 2004.
Fonte: Elaborada a partir de FAO e SECEX.

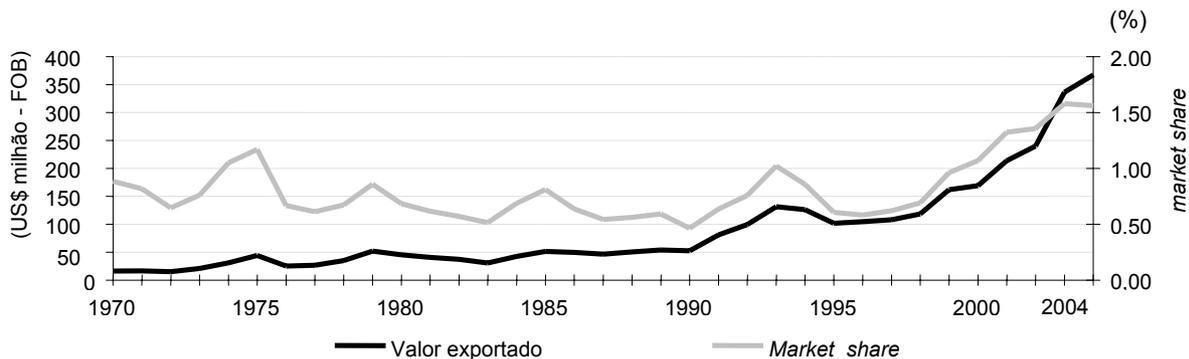


Figura 6 - Variação Anual do Valor de Exportação de Frutas Frescas Brasileiras e do *Market Share*, 1970 a 2004.
Fonte: Elaborada a partir de FAO e SECEX.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar que, ora o crescimento do *market share* do valor exportado é maior, ora é menor que o crescimento do *market share* de volume exportado; nem sempre, no entanto, essa variação é unicamente devida às alterações cambiais (Figuras 5 e 6). As referências macroeconômicas mencionadas anteriormente (Plano Real - 1994, crise asiática e alteração do regime cambial - 1999) foram, sem dúvida, fundamentais para o desempenho posterior das exportações do setor de fruticultura, assim como foram para todos os demais setores exportadores do País.

Por se tratar, entretanto, da comercialização de produtos extremamente propensos a flutuações de preços, seja por fatores internos (cli-

ma, sazonalidade, variação da oferta, etc.), seja externos (variação do preço ou do consumo internacional, tarifas alfandegárias diferenciadas, restrições, etc.), uma análise detalhada dessa variação no desempenho comercial do setor requer maior aprofundamento do estudo nesse sentido, inclusive tentando isolar e mensurar os efeitos causais.

Os dados permitem, ainda assim, denotar que o significativo crescimento da fruticultura brasileira tem sido, sim, favorecido pela ação dos programas de apoio ao setor e pelos mecanismos de política comercial do Governo Federal. Mas há que se destacar que grande parte desse crescimento é devido a iniciativas empreendedoras, isoladas ou coletivas, dos próprios produtores, comerciantes e exportadores. Dessa forma, programas e políticas devem ser formulados de modo

a encorajar e a possibilitar o surgimento dessas iniciativas (STALLINGS e PERES, 2000)²².

A pesquisa pôde verificar a natureza promitente da fruticultura para o desenvolvimento agrícola do País. No entanto, a adesão e a participação dos produtores aos programas de apoio ainda são muito pequenas. A PIF, por exemplo, maior mecanismo de acesso a mercados, está presente em apenas 1,5% da área total da fruticultura brasileira. No Uruguai, que não é forte exportador de frutas, a adesão à PIF já ultrapassou 35% da área cultivada (Figura 1). A melhoria da competitividade do setor passa, obrigatoriamente, por investimentos significativos na geração e difusão da inovação tecnológica e na malha logística

de transporte e armazenamento. No cenário externo, conforme exigido por Veiga (2005)²³, espera-se do País um posicionamento ativo dentro dos grandes blocos econômicos e a quebra de barreiras tarifárias e não-tarifárias às frutas brasileiras.

Além disso, a tomada de crédito específico também é pouco acionada. Embora o PRO-DEFRUTA apresente uma das menores taxas entre todos os programas de crédito, 8,75% a.a., segundo dados do BNDES, na safra 2003/04, do total de R\$240 milhões disponibilizados, apenas R\$85 milhões foram utilizados. Na safra 2004/05 o desembolso foi ainda menor: R\$82 milhões, do total de R\$200 milhões disponíveis.

²²STALLINGS, B.; PERES, W. **Growth, employment and equity**: the impact of the economic reforms in Latin America and the Caribbean. Washington-US: Brookings Institution Press, 2000. 252 p.

²³VEIGA, op. cit. nota n. 7.